

**ATA 13/2019**  
**Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 13/2019**  
**Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019**

**Início da reunião: 15,20 horas**

**Términos da reunião: 15,40 horas**

### **Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente da Câmara:** João Duarte Anastácio de Carvalho

**Vereadores:** Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira

José António da Costa Tomé

António Augusto Baptista Antunes

Carla Maria Pereira Custódio

João José da Silva Serra

Hernâni Luís Henriques Santos

### **Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

**Cargo:** Assistente Técnico



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 13/2019  
Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019

### **ABERTURA DA ACTA**

----- No dia 09 do mês de maio de 2019, na sala de reuniões do Órgão Executivo do Edifício Paços do Município, pelas 15,20 horas, o Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, José António da Costa Tomé, António Augusto Baptista Antunes, Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Hernâni Luís Henriques Santos, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

### **ORDEM DO DIA**

**PROPOSTAS:** - Presentes as seguintes Propostas, que em baixo se transcrevem:

**DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**

**PONTO 1 – N.º 5384/2019, DE 03/05 – ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, ORDEM DE SERVIÇO PÚBLICO, CLASSE OURO AO CIDADÃO MAPRIL BATISTA:**

*“Considerando os atos de beneficência que o empresário e cidadão Mapril Batista tem efetuado em prol de diversas associações do nosso concelho, demonstrativos de grande abnegação a favor das nossas populações e comunidades;*

*Considerando que, para além da sua vida como empresário no setor das ambulâncias na região de Paris, e também com empresas em Portugal, se envolveu desde sempre em atividades de grande intervenção cívica, tendo já doado várias ambulâncias e algumas viaturas a associações do concelho, nomeadamente, Associação Humanitária de Moita dos Ferreiros, Centro Social Paroquial da Moita dos Ferreiros, Associação dos Bombeiros Voluntários da Lourinhã e muito recentemente à Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Lourinhã;*

*Considerando ainda o facto de proporcionar o batismo de voo a cidadãos portadores de deficiência do concelho da Lourinhã, iniciativa da associação “sonho de menino” em parceria com as associações francesas Rotary e Lions Club e o Município da Lourinhã;*

*Considerando que no exercício destes seus atos e feitos cívicos, tem prestado serviços relevantes no fomento da ação social e saúde, socorro e proteção civil, inegáveis mais-valias para a qualidade de vida das suas populações e comunidades.*

### **PROPONHO**

*Que, nos termos do n.º 1, do artigo 15.º, do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município da Lourinhã, a Câmara Municipal aprove a abertura de procedimento para atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Ordem de Serviço Público, Classe Ouro, a entregar no dia 24 de junho, comemoração do feriado municipal.*

*Paços do Município, Lourinhã 03 de maio de 2019*



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 13/2019  
Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho, Eng.º)”

A Câmara deliberou: 1.º Aprovar a proposta supratranscrita; 2.º Notificar o visado da abertura do procedimento, nos termos do n.º 4, do artigo 16.º, do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município da Lourinhã.

### **PONTO 2 – N.º 5474/2019, DE 06/05 – PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DA FARMÁCIA CORREIA MENDES - AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

*“Na sequência da receção da pronúncia apresentada pelo interessado, António Rodrigues Antunes – Farmácia Unipessoal, Lda. em sede de audiência dos interessados, sobre a proposta de decisão do Infarmed, I.P. no sentido da revogação da sua autorização para a transferência da farmácia da Moita dos Ferreiros para a Lourinhã, o Infarmed, I.P. endereçou a pronúncia daquele interessado para a Câmara da Lourinhã, para que esta se pronuncie sobre o teor daquela.*

*Analisados os fundamentos alegados, verifica-se que António Rodrigues Antunes – Farmácia Unipessoal, Lda. alega ter sido sempre sua intenção a de adquirir a farmácia em funcionamento na Moita dos Ferreiros para a transferir para a freguesia da Lourinhã e que a transferência apenas não teria ainda ocorrido por vicissitudes relacionadas com as obras no edifício que o particular tem a pretensão de adquirir na freguesia da Lourinhã, para onde previu transferir a sua farmácia.*

*Mais alega que já havia solicitado a transferência da farmácia de uma freguesia para a outra ao Infarmed, I.P., por duas vezes, no ano de 2009.*

*Apesar de tentar imputar ao Município da Lourinhã o conhecimento da intenção de transferir a farmácia da Moita para a Lourinhã desde, pelo menos, aquela data, como que a responsabilizá-la pela sua última deliberação de câmara, no sentido de não concordar com a transferência solicitada, tal alegação não tem acolhimento legal, no sentido de não ter permitido ao particular, em todo este tempo, usufruir de uma expectativa jurídica que fosse legítima e que, de algum modo, obrigasse a Câmara Municipal a concordar e a aceitar a transferência em apreço.*

*Primeiro, porque a lei não permitiria que a Câmara criasse uma semelhante expectativa no particular, quer no tocante à legislação referente às atribuições e competências das autarquias locais, quer quanto à própria legislação farmacêutica, que, entretanto, sofreu alterações de relevo no que toca à matéria da transferência das farmácias; em segundo lugar, porque já decorreram dez anos sem que a dita transferência se tivesse concretizado em data anterior,*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 13/2019**  
**Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019**

*quando a lei não exigia que as autarquias dessem o seu consentimento ou, pelo menos, não levantassem obstáculos à transferência, o que é de todo alheio ao Município da Lourinhã.*

*Embora se possa tentar compreender a situação de dificuldade económica alegada pela sociedade interessada, a Câmara da Lourinhã não pode ignorar o balanço que tem de fazer nas decisões que lhe cumpre tomar quanto à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações (cfr. o art.º 23.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro).*

*Assim, e como já foi decidido anteriormente em deliberação de Câmara, a Câmara mantém na íntegra o teor da sua decisão/parecer no sentido de considerar que a transferência da farmácia em questão da Moita dos Ferreiros para a Lourinhã não salvaguarda a acessibilidade da população da Moita dos Ferreiros aos medicamentos, nem acrescenta melhorias ou um aumento dos serviços farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar àquela população.*

*Mais considera que, apesar de se ter procedido à ratificação do Despacho do Senhor Presidente de Câmara de 07/12/2018, tal ratificação não era possível face ao texto da norma constante do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, que consagra que “ em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”.*

*Ou seja, o Presidente de Câmara não podia, no caso, e ab initio, ter tomado qualquer decisão quanto ao pedido de transferência da farmácia, por não estarem reunidos os pressupostos que permitem a prática pelo Senhor Presidente de Câmara de um ato da competência da Câmara Municipal. Em segundo lugar, nos casos em que a ratificação seja possível, ela só é válida se deliberada na primeira reunião de câmara realizada após a prática do ato, o que também não sucedeu.*

*Além disso, verificou-se, de facto, uma preterição total do procedimento legalmente exigido para a emissão do parecer da Câmara Municipal da Lourinhã, nos termos do art.º 26.º, nºs 3 e 4 do D.L. n.º 307/2007 de 31 de agosto.*

*Face ao exposto,*

### **Proponho**

*Sem necessidade de considerandos complementares, que a Câmara Municipal da Lourinhã delibere manter a sua anterior decisão nos precisos termos em que a mesma foi proferida, devendo o Infarmed, I.P. ser informado com estes fundamentos, em sede de audiência prévia.*

*Paços do Município, Lourinhã 06 de maio de 2019.*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 13/2019  
Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019

O Presidente da Câmara

*João Duarte Anastácio de Carvalho*

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita, de acordo com as alterações apresentadas na discussão do assunto, daí resultante a seguinte redação final, que deve ser comunicada ao INFARMED:

*“Na sequência da receção da pronúncia apresentada pelo interessado, António Rodrigues Antunes – Farmácia Unipessoal, Lda. em sede de audiência dos interessados, sobre a proposta de decisão do Infarmed, I.P. no sentido da revogação da sua autorização para a transferência da farmácia da Moita dos Ferreiros para a Lourinhã, o Infarmed, I.P. endereçou a pronúncia daquele interessado para a Câmara da Lourinhã, para que esta se pronuncie sobre o teor daquela.*

*Analisados os fundamentos alegados, verifica-se que António Rodrigues Antunes – Farmácia Unipessoal, Lda. alega ter sido sempre sua intenção a de adquirir a farmácia em funcionamento na Moita dos Ferreiros para a transferir para a freguesia da Lourinhã e que a transferência apenas não teria ainda ocorrido por vicissitudes relacionadas com as obras no edifício que o particular tem a pretensão de adquirir na freguesia da Lourinhã, para onde previu transferir a sua farmácia.*

*Mais alega que já havia solicitado a transferência da farmácia de uma freguesia para a outra ao Infarmed, I.P., por duas vezes, no ano de 2009.*

*Apesar de tentar imputar ao Município da Lourinhã o conhecimento da intenção de transferir a farmácia da Moita para a Lourinhã desde, pelo menos, aquela data, como que a responsabilizá-la pela sua última deliberação de câmara, no sentido de não concordar com a transferência solicitada, tal alegação não tem acolhimento legal, no sentido de não ter permitido à sociedade interessada, em todo este tempo, usufruir de uma expectativa jurídica que fosse legítima e que, de algum modo, obrigasse a Câmara Municipal a concordar e a aceitar a transferência em apreço.*

*Primeiro, porque a lei não permitiria que a Câmara criasse uma semelhante expectativa na sociedade interessada, quer no tocante à legislação referente às atribuições e competências das autarquias locais, quer quanto à própria legislação farmacêutica, que, entretanto, sofreu alterações de relevo no que toca à matéria da transferência das farmácias; em segundo lugar, porque já decorreram dez anos sem que a dita transferência se tivesse concretizado em data anterior, quando a lei não exigia que as autarquias dessem o seu consentimento ou, pelo*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 13/2019**  
**Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019**

*menos, não levantassem obstáculos à transferência, o que é de todo alheio ao Município da Lourinhã.*

*Embora se possa tentar compreender a situação de dificuldade económica alegada pela sociedade interessada, a Câmara da Lourinhã não pode ignorar o balanço que tem de fazer nas decisões que lhe cumpre tomar quanto à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações (cfr. o art.º 23.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro).*

*Assim, e como já foi decidido anteriormente, a Câmara mantém na íntegra o teor da sua decisão/parecer no sentido de considerar que a transferência da farmácia em questão da Moita dos Ferreiros para a Lourinhã não salvaguarda a acessibilidade da população da Moita dos Ferreiros aos medicamentos, nem acrescenta melhorias ou um aumento dos serviços farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar àquela população.*

*Mais considera que, apesar de se ter procedido à ratificação do Despacho do Senhor Presidente de Câmara de 07/12/2018, tal ratificação não era possível face ao texto da norma constante do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, que consagra que “ em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”.*

*Ou seja, o Presidente de Câmara não podia, no caso, e ab initio, ter tomado qualquer decisão quanto ao pedido de transferência da farmácia, por não estarem reunidos os pressupostos que permitem a prática pelo Senhor Presidente de Câmara de um ato da competência da Câmara Municipal. Em segundo lugar, nos casos em que a ratificação seja possível, ela só é válida se deliberada na primeira reunião de câmara realizada após a prática do ato, o que também não sucedeu.*

*Além disso, verificou-se, de facto, uma preterição total do procedimento legalmente exigido para a emissão do parecer da Câmara Municipal da Lourinhã, nos termos do art.º 26.º, nºs 3 e 4 do D.L. n.º 307/2007 de 31 de agosto.*

*Face ao exposto,*

### **Proponho**

*Sem necessidade de considerandos complementares, que a Câmara Municipal da Lourinhã delibere manter a sua anterior decisão nos precisos termos em que a mesma foi proferida, devendo o Infarmed, I.P. ser informado com estes fundamentos, em sede de audiência prévia.*

*Paços do Município, Lourinhã 06 de maio de 2019.*



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 13/2019  
Reunião Extraordinária de 09 de maio de 2019

*O Presidente da Câmara*

*João Duarte Anastácio de Carvalho”*

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 15,40 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim \_\_\_\_\_, O Assistente Técnico -----

\_\_\_\_\_, O Presidente da Câmara. -----